

Inserção na Universidade Pública e Permanência Estudantil: Estudante na Corda Bamba

Public University Entrance and Permanence: Student on a Tightrope

Edvan Washington Pereira da Silva^{*a}; Maria Inês Badaró Moreira^b

^aUniversidade Federal de São Paulo, Curso de Psicologia. SP, Brasil.

Universidade Federal de São Paulo, Departamento de Políticas Públicas e Saúde Coletiva Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciências da Saúde. SP, Brasil.

*E-mail: edvan.was@gmail.com

Resumo

O presente artigo procura realizar um recorte de um estudo de revisão de literatura e de um relato de experiência para a discussão do fenômeno da permanência estudantil em instituições públicas de Educação Superior, com o objetivo de inserir um conjunto de reflexões e de contribuições teóricas que possam estabelecer novos pontos de problematização e de articulação a respeito da discussão das temáticas de permanência estudantil e assistência estudantil em instituições públicas de Ensino Superior. Primeiramente, o texto procura investigar a organização das políticas de acesso e permanência estudantil nas décadas de 2000 e 2010 no sistema de Educação Superior Federal, principalmente, por meio do REUNI e do PNAES, explicitando características como a organização legislativa e política que subsidiou a construção desses programas governamentais. Posteriormente, traz referenciais teóricos diversos, traduzidos em conceitos como “sofrimento ético-político”, “inclusão perversa”, “legítimo herdeiro”, “permanência material” e “permanência simbólica”, além de outros aportes teóricos, de modo a examinar e ilustrar a experiência relatada por um estudante em sua trajetória universitária. Por fim, nas considerações finais, o texto pondera sobre as necessidades da política de permanência estudantil em relação às questões orçamentárias e quais são os impactos observados dessa política na inclusão ou exclusão de estudantes universitários.

Palavras-chave: Educação Superior. Sistema de Cotas. Assistência Estudantil.

Abstract

The present article aims to outline a study of literature review and an experience report to discuss the phenomenon of student permanence in public institutions of higher education, with the aim of inserting a set of reflections and theoretical contributions that can establish new points of problematization and articulation regarding the discussion of the themes of student permanence and student assistance in public institutions of higher education. Firstly, the text seeks to investigate the organization of student access and permanence policies in the 2000s and 2010s in the federal higher education system, mainly through REUNI and PNAES, explaining characteristics such as the legislative and political organization that subsidized the construction of such government programs. Subsequently, it brings different theoretical references, translated into concepts such as “ethical-political suffering”, “perverse inclusion”, “legitimate heir”, “material permanence” and “symbolic permanence”, in addition to other theoretical contributions, in order to examine and illustrate the experience reported by a student in his or her university career. Finally, in the final considerations, the text considers the needs of the student permanence policy in relation to budgetary issues and what are the observed impacts of this policy on the inclusion or exclusion of university students.

keywords: Higher Education. Quotas System. Student Assistance.

1 Introdução

Este artigo discute políticas e ações recentes de acesso e de assistência estudantil em instituições federais de Ensino Superior nas décadas de 2000 e 2010. Parte de pesquisa qualitativa de revisão narrativa conjugada a um relato de experiência feito por um estudante de instituição pública de Ensino Superior, em que versou sobre aspectos de sua trajetória acadêmica, entre 2016 e 2020, relacionando-a com as condições de permanência universitária ofertadas pela organização das políticas de assistência estudantil em uma universidade pública ao longo do período de sua graduação (SILVA, 2021).

Assim, inicialmente, é importante destacar o projeto de expansão da Educação Superior, ancorado a partir da

década de 2000 por meio das diretrizes do Plano Nacional de Educação (PNE), entre 2001-2010. Um dos objetivos dessa lei era instituir uma meta de oferta de vagas de Ensino Superior para, no mínimo, 30% das pessoas pertencentes à faixa etária de 18 a 24 anos da população brasileira (BRASIL, 2001).

Em relação às universidades públicas, a partir do ano de 2007 e durante a década de 2010, a estratégia de expansão do sistema federal de Ensino Superior, a partir do PNE (2001-2010), ocorreu por meio do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). Instaurado pelo Decreto nº 6096 de 24 de abril de 2007, o REUNI foi criado com objetivo de criar condições para ampliação do acesso à graduação e o combate à evasão e à retenção no Ensino Superior (BRASIL, 2007). Esse programa

se caracteriza a partir do aproveitamento das estruturas já existentes nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) para aumentar a oferta de vagas universitárias, além da efetivação de contratos de gestão com IFES afiliadas, com ênfase na diplomação, refletido na meta de 90% de taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais nas universidades federais por meio do programa (BRASIL, 2007).

O ENEM, a partir de sua reformulação, em 2009, ganhou um caráter de um vestibular, para além de ser um instrumento de avaliação da Educação Básica no Brasil, como foi elaborado originalmente. Tornou-se, em poucos anos, a principal via de ingresso às IFES. Consequentemente, foi criado o Sistema de Seleção Unificada (SISU), gerenciado pela Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação, que centralizou e unificou os processos seletivos para as IFES em âmbito nacional (SILVA, 2021).

O Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), primeiramente instituído como uma portaria normativa e reeditado, posteriormente, pelo Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, foi criado, conforme seu artigo 1º, com o objetivo de “ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal” (BRASIL, 2010). O PNAES, programa vinculado ao Ministério da Educação, é importante para garantir condições à permanência estudantil nas IFES, a partir da previsão anual de recursos federais. Há de se ressaltar, conforme Imperatori (2017), que as IFES possuem garantias constitucionais de autonomia em relação aos governos. Assim, o PNAES é um programa de administração, gerência e execução descentralizada, com responsabilidades de gestão a cargo das universidades federais. Às gestões universitárias cabe a tarefa de gerenciar os recursos anualmente ordenados para o programa pela administração estatal de acordo com as especificidades de cada instituição.

O PNAES se caracteriza como política pública ao estabelecer ações em dez áreas, conforme artigo 3º, apesar de não haver regulamentação sobre como essas ações devem ser ofertadas nas IFES, são essas: moradia estudantil; alimentação; transporte; atenção à saúde; inclusão digital; cultura; esporte; creche; apoio pedagógico; e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades de superdotação (BRASIL, 2010).

O PNAES não é regulamentado por lei, o que formalizaria a obrigação do Estado em cumprir com as diretrizes definidas pelos legisladores para a melhoria da permanência estudantil nas IFES, inclusive, com a definição de vinculação de receitas ou de gastos mínimos obrigatórios para essa política assistencial. Ao se transformar em uma despesa de natureza obrigatória, o PNAES estaria blindado da discricionariedade dos gestores públicos e dos legisladores (PALAVEZZINI; ALVES, 2019).

Este estudo apresenta destaque primordial, em sua

relevância social, por trazer à tona o debate sobre a necessária manutenção e ampliação das políticas afirmativas em um contexto de retrocesso das políticas públicas e, mais especificamente, frente aos sucessivos recuos orçamentários e a ausência de recomposição de recursos na educação. Tal retrocesso reduz e precariza a possibilidade das universidades públicas em acolherem grande parcela da população jovem do Brasil. Quanto à relevância teórico-conceitual, este artigo evidenciou estudos anteriores que analisaram o tema em destaque. Do ponto de vista da relevância científica, este artigo valoriza a experiência vivida e, com isso, ao demarcar espaço para revelar a voz de sujeitos que, muitas vezes, têm suas histórias e memórias silenciadas e apagadas, impulsiona a academia a trazer ao público produções científicas implicadas com a realidade concreta consequentes da desigualdade social.

Ao destacar o tema da permanência estudantil e da assistência estudantil em instituições públicas de Ensino Superior, estabelece pontos de problematização e de articulação das discussões em tela, a partir de debates teóricos destacando o relato de experiência como articulador da discussão e a vida concreta de estudantes que demandam políticas afirmativas. Sendo assim, o objetivo deste artigo é compreender as potencialidades e os desafios das políticas de assistência estudantil e condições de acesso à universidade pública por meio de uma revisão bibliográfica e um relato de experiência.

2 Desenvolvimento

2.1 Metodologia

O presente trabalho parte de uma investigação qualitativa que emprega diferentes concepções filosóficas, estratégias de investigação e métodos de coleta, análise e interpretação dos dados. Os procedimentos qualitativos se fundamentam em passos singulares na análise dos dados e se valem de diferentes estratégias de investigação, centrados na percepção de relevância dos assuntos tratados por outras produções científicas e acadêmicas durante a pesquisa (CRESWELL, 2010).

A partir desta modalidade de pesquisa, iniciou-se uma revisão narrativa da literatura científica que trata sobre relações entre as políticas de assistência estudantil, condições de acesso às universidades públicas federais por meio da Lei de Cotas e a formação acadêmica e profissional dos estudantes beneficiários dessas políticas públicas. Em seguida foi produzido um relato de experiência de modo a apresentar uma perspectiva da vivência de um universitário a respeito de seus processos de permanência estudantil.

Segundo Minayo (2007, p.21-22):

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado ou não deveria ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como

parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes.

Assim, as metodologias de pesquisa qualitativas podem ser compreendidas como aquelas que são capazes de assimilar questões referentes ao significado e à intencionalidade que são próprias dos atos, das relações e das estruturas sociais (MINAYO, 2010).

Para a revisão bibliográfica, foi utilizado o método de revisão narrativa que se constitui a partir da análise qualitativa. De acordo com Minayo (2010), a revisão narrativa pode ser definida a partir do estudo das crenças, da história, das relações, das percepções, das opiniões e demais questões emergentes que forjam a interpretação que as pessoas fazem do mundo e de suas próprias vivências. Para esta etapa foram estudadas as produções teóricas encontradas on-line em bases de dados Scielo e o CAPES Periódicos. Em relação ao tema proposto foram encontradas doze produções acadêmicas, entre artigos e dissertações. As palavras-chaves utilizadas para a pesquisa nas bases de dados foram: assistência estudantil, permanência estudantil e educação, assistência estudantil e sistema de cotas, assistência estudantil e saúde e assistência estudantil e universidade pública.

O material encontrado passou por análise de conteúdo em que foram sendo definidos os temas (MINAYO, 2007). Na análise de conteúdo por meio de definições temáticas, ou seja, a investigação do que há de convergente e de divergente nos textos estudados. Assim, puderam ser classificados e divididos em eixos temáticos.

O relato de experiência opera reflexão fundamental em diálogo com os achados da revisão narrativa por permitir ampliar reflexão, associações possíveis e elaborações de novas compreensões, caracterizando a “multiplicidade teórica e metodológica, buscando compreender a experiência do lugar de que se fala e seu tempo histórico articulados com a teoria, o que legitima a experiência enquanto fenômeno científico (BARBERO, 2019).

2.2 Inserção no Ensino Superior por meio de políticas afirmativas de cotas

O contexto de inserção no Ensino Superior no Brasil vem sendo permeado por insuficiências em sua oferta, já que ainda há uma restrição na proporção de pessoas que têm possibilidade de ter uma formação superior em relação à população brasileira. Abramides (2015) afirma que, mesmo durante a expansão do sistema de Educação de Ensino Superior brasileiro, o carro-chefe foi a iniciativa privada, a partir da transferência de recursos públicos para grandes conglomerados empresariais do ramo da educação privada, por meio de desonerações fiscais ou de financiamentos a estudantes com juros abaixo do mercado, sobretudo, através de programas como o Programa Universidade de Todos – PROUNI e o Fundo de Financiamento Estudantil - FIES.

Conforme observam Machado e Magaldi (2016), apesar da oferta do ensino básico ter quase se universalizado no Brasil, nos últimos vinte anos, fatores estruturais como a infraestrutura, a formação de professores e relacionados à vida dos estudantes, como apoio familiar e vulnerabilidade socioeconômica, levam a educação brasileira pública a uma condição deficitária em termos de ensino-aprendizagem.

Setores mais privilegiados da sociedade têm acesso à educação com maior qualidade ofertada pela iniciativa privada, inibindo a participação universitária por grupos sociais marginalizados e mais pobres, em especial, a população negra. Para isso, são necessárias respostas específicas e compensatórias.

O sistema de cotas em universidades federais, instituído pela Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012 (BRASIL, 2012) é uma importante política afirmativa compensatória brasileira, que propõe uma atuação contra distorções históricas e sociais. Este sistema procura suplantar acessos distintos e assimétricos à educação universitária. A reserva de vagas para pessoas que, no mínimo, se encaixam em um dos critérios estipulados pela lei - como formação parcial ou integral em escolas públicas, ser de família com renda per capita até 1,5 salários mínimos, ser preto, pardo, indígena ou portar deficiência - sendo fundamental para garantir a oportunidade de ingressar no Ensino Superior, expandindo, democratizando e pluralizando o acesso à Educação Superior, direito reservado às elites brancas, e que agora se abre para os filhos da classe trabalhadora, pretos e periféricos (MACHADO; MAGALDI, 2016).

2.3 Permanência na Universidade Pública: desafios e modos de percepção social

Para abordar o desafio da assistência estudantil no Brasil, é necessário entender o contexto em que essa questão se insere: há muito tempo, tanto o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE) quanto a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), requisitam do Ministério da Educação mais verbas para o setor, sem, contudo, lograr êxito. Em 2014, por exemplo, o FONAPRACE estimou a necessidade de 1,5 bilhões de reais para o PNAES, o que quase triplica a despesa executada no ano de 2013, que foi da ordem de 603 milhões de reais (JESUS et al., 2016).

Ao analisar a política de assistência estudantil e seus efeitos subjetivos nos universitários, Machado e Pan (2016) trazem uma compreensão sobre a percepção social da assistência estudantil em uma universidade. Os autores empreenderam uma pesquisa com grupos focais e com entrevistas, propondo encontrar relações de sentidos entre o acesso às políticas de assistência estudantil como direito social ou benefício assistencial similar a “um favor” aos mais necessitados socialmente.

A investigação foi feita a partir de uma concepção sobre a linguagem, conhecida como círculo de Bakhtin. Assim, por

meio de categorias de discurso, como “mérito”, “alteridade” e “produtividade”, Machado e Pan (2016) detalham como pela e na linguagem se expressam diferentes forças sociais que se projetam nos discursos sobre a assistência estudantil. Uma proposta de sistematização dos achados do estudo em relação aos discursos e aos lugares-sentido da permanência estudantil está apresentada no Quadro 1.

Quadro 1 - Discursos e lugares-sentidos da permanência estudantil

Mérito	Alteridade	Produtividade
Direito social	Estigma da pobreza/ dependência estatal	Valor do trabalho enquanto contrapartida
Assistencialismo (benefício)		Ausência de contrapartida: “ócio”, “vagabundagem”

Fonte: Machado e Pan (2016).

Assim, parece haver um traço negativo em se receber auxílios financeiros, ao estar associado aos possíveis dizeres como “ganhar dinheiro só por estudar?” e “precisa da ajuda do governo para estudar”. Isso porque há uma constante reprodução do significado do trabalho como produto da ideologia da meritocracia: há mérito onde houve esforço, geralmente, que gera lucro para alguém e não apenas resultados para si mesmo, já que, frequentemente, o estudo é visto como uma atividade improdutivo.

Por outro lado, é importante ressaltar que as universidades públicas são estruturadas no tripé ensino, pesquisa e extensão. As universidades públicas são as Instituições de Ensino Superior que produzem o maior volume de pesquisas e trabalhos científicos e que também contribuem com projetos de extensão, que une o aprendizado profissional com práticas de transformação da sociedade, sendo, portanto, uma missão social e institucional das universidades públicas a manutenção, em nível de excelência, dessas atividades. Estudantes trabalhadores se sentem inibidos ou impedidos de participar deste tripé.

2.4 Permanência na Universidade Pública: sofrimento ético-político e a categoria inclusão/exclusão no cotidiano estudantil

A partir desta revisão de artigos sobre a temática se pode dirigir a reflexão para a vida concreta e as vivências estudantis, a partir de um relato de experiência. Assim, contar a história da própria experiência de vivenciar um fenômeno, a partir de recursos discursivos próprios, sendo essa uma forma de evidenciar como contextos sociais, históricos, políticos, culturais, institucionais etc., atravessam e se encarnam na vida do sujeito que tem a sua experiência para compartilhar. E esse registro pessoal, como tantos outros métodos das ciências humanas, também se constitui como uma importante ferramenta para compreender a diversidade própria da ciência contemporânea (DALTRO; DE FARIA, 2019).

Contar uma experiência, conforme Bondía (2002), é

relatar algo para além do acontecimento, que é cotidiano e comum. É relatar como o sujeito da experiência, em sua exposição e em sua passividade frente à ordem irresistível dos acontecimentos, encarna os objetos de sua experiência, aquilo que se vive frente ao que acontece, de modo único e singular, de modo a registrar como a experiência passa e deixa marcas e transformações no sujeito que a vive.

É no encontro entre a objetividade do registro científico de diferentes produções acadêmicas e a subjetividade da experiência de quem viveu os processos de permanência estudantil, em uma universidade pública, que se monta os vértices que compõem e dão vida para esse trabalho.

Ao lançar o olhar para o relato de experiência, podemos nos aproximar do conceito de sofrimento ético-político, criado pela autora Bader Sawaia. Esse conceito, vinculado a uma compreensão de uma categoria dialética inclusão/exclusão, mostra que, por mais que indivíduos sejam “incluídos” em uma sociedade, ainda persistirá uma estrutura de dominação social que irá marginalizar milhões de pessoas para privilegiar uma pequena proporção de pessoas das elites. Este é o produto de se viver em uma sociedade que se processa pelo modo de produção capitalista: uma situação permanente de luta de classes.

Segundo Sawaia (1999), o binômio inclusão/exclusão, enquanto conceito-processo que relaciona dialeticamente dois termos por meio de níveis de análise de oposição e, contraditoriamente, de coexistência, também pode ser abordado a partir de um conceito de inclusão perversa cunhado por José de Souza Martins (1997), uma vez que, em uma sociedade capitalista, sustentada por uma estrutural desigualdade social, as classe dominantes criam uma ideologia fundada na fantasia de inclusão dos excluídos, de modo a sustentar a passividade, a alienação, a servidão, a miséria do trabalhador.

Os trechos a seguir mostram reflexões compartilhadas por um estudante de Psicologia em seu relato de experiência. A partir do convite a narrar sua própria história e experiência, no contexto brasileiro, estar na posição de negro e oriundo de uma formação integral em escolas públicas, que conseguiu ingressar em uma instituição pública prestigiada em um curso bastante concorrido. Assim, seguimos um caminho indicado em sua própria narrativa, trazendo, em seu discurso, o binômio inclusão/exclusão.

A escola de ensino médio que frequentei e me formei, a despeito do esforço de alguns professores, era incapaz de propiciar, em um nível esperado, a aquisição de conhecimentos, competências e habilidades que servem de referência para exames de admissão em instituições de ensino superior. Essa situação é deflagrada por inúmeras deficiências, a saber: infraestrutura precária, baixa valorização salarial do magistério, alta lotação de estudantes por salas de aula, ausência de atividades extracurriculares que incentivem a continuação da formação etc. [...] precisei fazer dois anos de cursinho da Poli na unidade Lapa, em São Paulo, e mais um semestre em um cursinho comunitário em minha cidade natal, Carapicuíba (SP), chamado Prestes Vestibulares, para que, de tal modo, estivesse mais próximo de concluir a minha escolarização básica de modo satisfatório, de modo a adquirir

o perfil necessário para ingressar em uma universidade pública por meio da realização de um exame admissional. Esses anos de cursinho foram muito difíceis, pois, a partir dessas experiências, compreendi o quão defasado era a formação que tinha do ensino público (SILVA, 2021, p.56-57).

Inicialmente, percebe-se que houve a inclusão do estudante que não frequentava, tradicionalmente, a universidade pública, aliado ao estranhamento e à distância afetiva pela falta de modelos afirmativos. Ao chegar não encontrou pessoas dos mesmos grupos étnico-raciais ocupando posições de destaque na universidade, como professores, ou mesmo da existência de currículos que valorizem a identidade desses grupos até então marginalizados do Ensino Superior, como se pode notar nesse trecho do relato de experiência do estudante.

Durante um bom tempo, senti-me distante do curso por não me ver simbolicamente representado enquanto sujeito negro no mundo. É importante dizer que ainda há um predomínio epistemológico de práticas em psicologia que desconsideram ou não dão o devido valor a determinações históricas, sociais e raciais, sendo que esses fatores interferem decisivamente nos contextos de vida dos sujeitos: tanto em dimensões materiais - já que a desigualdade social posiciona sujeitos negros na base da sociedade - quanto em dimensões simbólicas. Por outro lado: quem era enclausurado em manicômios e estudado por brancos eram os negros. A constituição da loucura anda de mãos dadas com a origem social e racial daqueles que são geralmente apontados como loucos. Posso dizer que vivenciar processos de identificação e de pertencimento que valorizam a condição de ser negro ou vivenciar processos de estigmatização e de discriminação durante a formação universitária também se constituem enquanto fatores que interferem especificamente na permanência estudantil de negros e negros na universidade (SILVA, 2021, p.60-61).

Assim, chega-se à questão da permanência material *versus* a permanência simbólica. Essa é uma importante distinção, porque, enquanto a primeira versa sobre a dimensão básica de existência (alimentação, moradia, vestuário, transporte etc.) - que é o foco principal das políticas de assistência estudantil -, a permanência simbólica, conforme Ganam (2016), diz de uma constância do indivíduo no Ensino Superior que permita a sua transformação, enquanto indivíduo, a partilha de saberes e de afetividades com seus pares e o pertencimento ao ambiente universitário (GANAM, 2016).

A partir de diferentes referenciais teóricos, diferentes autores abordam a questão dessa categoria inclusão/exclusão, a partir das políticas de assistência estudantil em universidades públicas. Uma ideia ilustrativa do que seja essa categoria de inclusão/exclusão é a concepção bourdesiana de “legítimo herdeiro” (GANAM, 2016; MATTOS; FERNANDES, 2019), que trata a Educação Superior como um espaço de relações que se desenvolvem em meio a uma constante luta, por meio de disputas estratégicas entre os agentes universitários. Assim, em tal relação de força, os agentes prevalecem de acordo com o habitus e o capital que interessa ao contexto universitário (MATOS; FERNANDES, 2019).

Assim, Ganam (2016) identificou, em sua dissertação de mestrado, alguns discursos e situações reproduzidos tanto por

docentes quanto por discentes, tanto reforçando a ideologia do mérito pessoal para estudantes que conseguem se adaptar bem às exigências da universidade, quanto imprimindo estereótipos em estudantes que não correspondem aos “legítimos herdeiros” do capital universitário, principalmente, aqueles que são oriundos de escolas públicas e carregam uma formação básica deficitária e que, portanto, precisam de mais tempo para desenvolver o habitus do estudo e acumular as habilidades e competências exigidas pela universidade.

Há, dentro da literatura acadêmica, que versa a investigação do fenômeno da permanência estudantil em universidades públicas, perspectivas de análise mais focalizadas nas motivações pessoais dos indivíduos e nos suportes sociais que possuem, como os achados no estudo de dissertação de mestrado de Andrade (2014), indicando que o apoio institucional, dos pares, da família e aspectos ligados à constituição de identidade profissional são importantes para a adaptação do estudante ao contexto universitário e à formação de um projeto profissional futuro, o que seria um sinal de que esses estudantes teriam mais chance em permanecer em suas graduações. Entretanto, como observa Sawaia (1999, p.105), o sofrimento ético-político está para além do indivíduo, ou mesmo para organizações e instituições grupais, como a família e a comunidade acadêmica, já que esse sofrimento “qualifica-se pela maneira como sou tratada e trato o outro na intersubjetividade, face a face ou anônima, cuja dinâmica, conteúdo e qualidade são determinados pela organização social”.

Em outras palavras, o papel motivador de se identificar com o curso e se engajar, em termos afetivos e cognitivos, em um projeto profissional não livra o indivíduo, que se encontra em situação de vulnerabilidade social, de enfrentar dificuldades e barreiras para permanecer na graduação escolhida. A percepção da categoria inclusão/exclusão do sofrimento ético-político pode ser vislumbrada no trecho selecionado a seguir do relato de experiência.

Iniciou-se o ano de 2018 e com ele também o agravamento da realidade apresentada pela Reitoria no ano anterior, em plenárias realizadas em cada campus da universidade. A Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE) apresentou a proposta de um novo edital para o programa PAPE, durante reunião no Conselho de Assuntos Estudantis (CAE), com redução dos valores financeiros das bolsas permanência para todos os estudantes beneficiários do PAPE. A mobilização do movimento estudantil da Unifesp foi capaz de impedir que tal proposta lograsse sucesso. Porém, em março desse ano, foi anunciado, pela PRAE, o corte de bolsas correspondentes aos perfis III, IV e V (dos cinco existentes no programa PAPE), totalizando, segundo a comunicação oficial da PRAE, 318 bolsas suspensas por alegação de insuficiência orçamentária (SILVA, 2021, p. 65).

O trecho selecionado faz referência à situação de precarização das políticas de assistência estudantil no período discriminado pelo estudante, o que redundou, em 2018, em um corte de bolsas de auxílio financeiro a estudantes dessa instituição por conta da insuficiência de recursos federais e

à deflagração de uma greve estudantil na instituição. Tal situação de asfixia da educação pública está intimamente relacionada com a política econômica austera adotada, a partir de 2016, com a aprovação da Emenda Constitucional do Teto de Gastos Públicos, em vigor atualmente.

A tão propagada “responsabilidade fiscal” das equipes econômicas que ocupam cargos de gestão e gerência da máquina pública brasileira, sem conexão com uma responsabilidade social, produz afetações negativas que são semeadas pelo tecido social. Aqueles que vivenciam os efeitos de tal administração estatal, a partir de suas existências particulares, não podem, de acordo com as concepções de Sawaia (1999), serem vistos e compreendidos apenas a partir de uma lupa que focalize perspectivas individuais. Pelo contrário, os afetos negativos que surgem nos sujeitos marginalizados pela estrutura social hegemônica devem ser contextualizados e considerados como elos de um tipo de sofrimento interligado à sociedade. Desse modo, alterações da afetividade em meio a uma situação socialmente desfavorável, ativadas por um sofrimento ético-político, podem ser observadas no trecho a seguir do relato do estudante.

Conviver com os dilemas da permanência entre 2016 e 2018 foi me cansando bastante. A ponto de a graduação deixar de fazer sentido em alguns momentos. Essas situações já me levaram a pensar em outros caminhos, talvez até em outros cursos, em instituições mais próximas de casa, de modo que não estivesse tão associado a uma questão de permanência estudantil tão frágil e instável (SILVA, 2021, p.67).

Tal sofrimento, por seu turno, é baseado em um padrão sócio-histórico de exploração e de opressão, já que, mediante a tais afetações, “o corpo vivencia um abaixamento de potência proveniente da passividade, da servidão ou heteronomia frente a situações de exclusão engendrada pela desigualdade social” (BERTINI, 2014). Desde modo, o entrelaçamento do sofrimento ético-político, por meio da dialética inclusão/exclusão, permeia todo o processo formativo do estudante.

Assim, pode-se destacar que os recortes aqui apresentados de um relato de experiência narrativo possuem efetividade em dar relevo a um importante conceito, que é o de sofrimento ético-político de Bader Sawaia (1999) e do fundamento operativo “inclusão/exclusão” contido dentro dessa construção conceitual. No caso, tratado por este artigo, tal operatividade é traduzida por grupos sociais tradicionalmente excluídos da universidade pública, que tiveram recentemente possibilidades de acesso à educação universitária, já que a inclusão pode ser efetivada de forma precária e residual. Uma “inclusão perversa”, conforme cunhou Martins (1997), uma ilusão em que se cria a aparência de inclusão, mas que ainda se sustenta em mecanismos mais sutis de exclusão.

3 Conclusão

Entre as palavras finais se pode destacar que o presente artigo apresentou um trajeto da organização das políticas de acesso à universidade pública e de assistência estudantil,

a partir das décadas de 2000 e 2010, de modo a trabalhar reflexivamente os impactos dessas políticas na estadia de um estudante em uma universidade pública, a partir de seu relato de experiência.

Vale destacar que o binômio inclusão/exclusão se revela em um contínuo movimento na vida dos universitários, que demandam acesso às políticas de permanência, uma vez que ser introduzido ao universo acadêmico não garante que as barreiras para que o estudante efetive a sua trajetória acadêmica estejam eliminadas. A manutenção da política de permanência é uma demanda constante nas universidades brasileiras e, também, representa uma necessidade para reduzir os efeitos de exclusões anteriores.

Ao finalizar este artigo se acende a luz de alerta sobre a não efetivação do PNAES como uma política pública regulada com a garantia de orçamentos condizentes, o que faz acreditar que, a qualquer momento, todos os esforços de inclusão e de permanência estudantil que foram realizados ao longo dos últimos anos, mesmo que de forma limitada, estão em perigo.

Referências

- ABRAMIDES, M. B. C. As contrarreformas do ensino superior e a luta pela educação de qualidade. *Serv. Soc. Saúde*, v.11, n.1, p.7-26, 2015. doi: <https://doi.org/10.20396/sss.v11i1.8635009>.
- BERTINI, F. M. A. Sofrimento ético-político: uma análise do estado da arte. *Psicol. Soc.*, v. 26, n.2, p.60-69. 2014. doi: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822014000600007>.
- BONDÍA, J.L. Notas sobre a experiência e o saber da experiência. *Rev. Bras. Educ.*, n.19, p.20-28, 2002.
- BRASIL, Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm.
- BRASIL. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm.
- BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 462 de 27 de abril de 2009. Altera a Portaria MEC, de 28 de maio de 1998. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=217611>.
- BRASIL. Decreto nº 7.234, de 19 de junho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm.
- BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/12711.htm.
- CRESWELL, J.W. *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. Porto Alegre: Artmed, 2010.
- DALTRO, M.R.; DE FARIA, A.A. Relato de experiência: Uma narrativa científica na pós-modernidade. *Estud. Pesq. Psicol.*, v.19, n.1, p.223-237, 2019.
- DE ANDRADE, A.M.Y. *Desempenho acadêmico, permanência e desenvolvimento psicossocial de universitários: relação com indicadores da assistência estudantil*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2014.

- GANAM, E.A.S. Entre fracos e feridos: um estudo sobre os significados do percurso de estudantes atendidos pela política de assistência estudantil da UNIFESP. Santo Andre: Universidade Federal do ABC, 2016.
- IMPERATORI, T.K. A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira. *Serv. Soc. Soc.*, n. 129, p. 285–303, 2017. doi: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.109>.
- JESUS, L.N.; MAYER, A.L.M.; DE CAMARGO, P.L.T. Programa Nacional de assistência estudantil: do protagonismo da UNE aos avanços da luta por direitos, promovidos pelo FONAPRACE (PNAES: da UNE a FONAPRACE). *Acta Scie. Educ.*, v.38, n.3, p.247-257, 2016. doi: HYPERLINK “about:blank”<https://doi.org/10.4025/actascieduc.v38i3.26417>.
- MACHADO C.S.M; MAGALDI C.A. Sistema de cotas, trajetórias educacionais e assistência estudantil: por uma educação inclusiva. *Rev. Eletr. Educ.*, v.10, n.2, p.273-285, 2016. doi: <http://dx.doi.org/10.14244/198271991567>.
- MACHADO, J.P; PAN, M.A.G.S. Direito ou benefício? Política de assistência estudantil e seus efeitos subjetivos aos universitários. *Estud. Psicol. (Natal)*, v. 21, n.4, p.477-488, 2016. doi: <http://dx.doi.org/10.5935/1678-4669.20160046>.
- MARTINS, J.S. *Exclusão social e a nova desigualdade*. São Paulo: Paulus, 1997.
- MATTOS, H.C.X.S; FERNANDES, M.C.S.G. Estudantes universitários: estratégias e procedimentos para a permanência. *Rev. Contemp. Educ.*, v.14, n.29, 2019. doi: <https://doi.org/10.20500/rce.v14i29.20361>.
- MINAYO, M.C.S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: Hucitec, 2010.
- PALAVEZZINI, J; ALVES, J.M. Assistência estudantil nas universidades federais: o orçamento do programa nacional de assistência estudantil (PNAES) garante a permanência do estudante? In: CONGRESSO NACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS; SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS; CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL. Londrina: *Anais...* Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2019.
- SAWAIA, B.B. O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In: SAWAIA, B.B. *As artimanhas da exclusão: uma análise ético-psicossocial da desigualdade*. Petrópolis: Vozes, 1999. p.97-118.
- SILVA, E.W.P. Formação em psicologia na UNIFESP e reflexos da política de assistência estudantil: uma revisão narrativa e um relato de experiência. Santos: Universidade Federal de São Paulo, 2021.